



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Tribunal de Justiça de Pernambuco
UGE 070001**



Documento Assinado Digitalmente por: CARLEIDE MARIA BEZERRA, RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4537d69d-8545-4e0c-9346-c971a2d35b67

20

24



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

SUMÁRIO

1. Informações Gerais.....	03
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo – Ajuste para perdas.....	04
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5 Imobilizado.....	05
2.1.5.1 Bens Móveis.....	06
2.1.5.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.6 Intangível.....	06
2.1.7 Passivo Circulante.....	06
2.1.8 Passivo Não Circulante.....	07
2.1.9 Apuração do Resultado	07
3. Balanço Patrimonial.....	08
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	08
3.2. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial – Resolução TCE nº 024/2017.....	14
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	15
5. Balanço Orçamentário.....	19
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	19
5.2. Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	21
6. Balanço Financeiro.....	22
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	23
8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos.....	24



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

1. Informações Gerais

Órgão do Poder Judiciário do Brasil, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem sua sede em Recife e jurisdição em todo estado.

Conta com uma força de trabalho de 53 desembargadores, 484 juízes de direito e 7.992 servidores efetivos, contemplando os comissionados e à disposição, no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando à pacificação social.

O custo necessário ao funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária Anual (LOA). Os recursos financeiros são advindos do Poder Executivo estadual por meio de duodécimos, bem como de receitas diretamente arrecadadas pelo Poder.

A operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

2. Base das Demonstrações Contábeis

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

São apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Foram elaboradas por unidade gestora do Poder, a partir das informações registradas no Sistema Corporativo e-Fisco Financeiro, do Poder Executivo estadual. Estas notas referem-se a Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 - Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Sistematicamente, os bens adquiridos com recursos do FERM-PJPE são transferidos para a unidade gestora TJPE, nos termos do § 1º, art. 6º da Instrução de Serviço nº 7/2013, alterada pelo art. 1º da Instrução de Serviço nº 2/2016, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

Para uma adequada análise global dos resultados do Poder, sugere-se que as demonstrações sejam observadas conjuntamente com as demonstrações consolidadas publicadas no Portal de Transparência do Poder Judiciário.

2.1. Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreende a disponibilidade financeira e são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, em moeda nacional. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Destaca-se ainda nesse grupo os depósitos restituíveis e valores vinculados, que compreendem o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro relacionado aos recursos financeiros sob a guarda do Poder para o pagamento de precatórios pertencentes aos Entes / Entidades do Estado de Pernambuco, bem como à autarquia federal.

2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo - São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Os direitos a receber registrados neste grupo referem-se principalmente a (I) acordos com servidores e ex-servidores, (II) multas por descumprimento contratual, (III) convênios de cessão de pessoal, entre outros.

2.1.2.1 – Metodologia de cálculo - Ajuste para Perdas - Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

O MCASP não tem definido, nas suas últimas edições, metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Desta forma, o registro que vem sendo realizado pelo Poder desde 2015 tem como base orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2024	2023	2022
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.3 Estoques - Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Créditos a Longo Prazo - Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

A metodologia de cálculo do ajuste de perdas utilizada é mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.

2.1.5 Imobilizado - Item tangível mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

O imobilizado sofre o registro da depreciação, que representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

2.1.5.1 Bens Móveis - Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Patrimônio e Suprimentos. Em 2021, os bens adquiridos a partir de 01/01/2011 passaram a ser depreciados, adotando-se o método de cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, a comissão constituída definiu os critérios de avaliação, de acordo com a IN nº 11/2021, restando pendente o reflexo desse ajuste no sistema de Patrimônio, bem como da depreciação, dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes.

2.1.5.2 Bens Imóveis - A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada, desde 2016, com base na vida útil informada pela DEA, conforme método de cotas constantes.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, estão registrados no patrimônio deste.

2.1.6 Intangível - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Corresponde em sua totalidade a softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, sendo amortizados pelo método de cotas constantes, quando possuem vida útil definida, ou seja, existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, é adotado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

2.1.7 Passivo Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores, férias e 13º salário, sendo as duas últimas apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores na sua forma indenizada, de acordo com a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

2.1.8 Passivo Não Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado.

2.1.9 Apuração do Resultado - A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial - Decorre da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

Resultado orçamentário - O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro - Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

3.1. Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional.

Descrição	2024	2023
Conta Única	304.588,69	277.993,98
Contas Movimento	0,04	-
CDB/RDB	89.741.233,58	65.222.772,06
Fundos de Aplicação Financeira	38.675.371,28	64.746.903,84
Precatórios sob a guarda do TJPE ¹	36.432.649,02	-
Total	165.153.842,61	130.247.669,88

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O saldo referente aos recursos de precatórios sob a guarda do TJPE, registrados inicialmente em 2023 pelo valor de R\$ 166.257.295,32 no grupo de "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" (grupo 1.1.3), foi transferido para o grupo de "Caixa e Equivalentes de Caixa" (grupo 1.1.1.3), conforme orientação contida no MCASP (10ª edição).

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Descrição	2024	2023
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.664.142,10	3.727.725,42
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) ¹	(3.577.668,35)	(3.637.514,46)
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.838.566,49	1.803.738,85
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores ¹	(1.795.176,32)	(1.760.088,37)
Convênio de Cessão de Pessoal	1.799.095,57	2.095.549,21
Outros Créditos a Receber ²	1.200.084,27	1.087.379,16
Precatórios sob a guarda do TJPE – Entes e Entidades ³	-	166.257.295,32
Total	3.129.043,76	169.574.085,13

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O ajuste corresponde a 97,64%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

² Do saldo 2024, 99,99% compreende a crédito a receber da unidade gestora do FERM-PJPE.

³ O saldo referente aos recursos de precatórios sob a guarda do TJPE, registrados inicialmente em 2023 no valor de R\$ 166.257.295,32 no grupo de "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", foi transferido para o grupo de "Caixa e Equivalentes de Caixa", conforme orientação contida no MCASP (10ª edição).

Nota 3 – Estoques – O montante de R\$ 5.616.233,43 é composto por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Patrimônio e Suprimentos (96%) e o outro de materiais médico e odontológico (4%) gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Nota 4 – Realizável a Longo Prazo – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa não Tributária, relativo a multa contratual aplicada a fornecedor, multa por penalidade aplicada a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução.

Descrição	2024	2023
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	3.741.035,61	3.469.043,76
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária ¹	(3.716.344,77)	(3.459.677,34)
Total	24.690,84	9.366,42

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O ajuste representa a 99,34%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

Nota 5 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade gestora TJPE.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Descrição	2024	2023	Crescimento %
	(a)	(b)	(c) = (a - b) / b*100
Bens Imóveis	775.630.697,16	758.798.981,31	2,22%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(79.215.294,20)	(69.483.066,51)	14,01%
Bens Móveis	335.109.563,75	292.203.676,81	14,68%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(140.760.891,60)	(127.526.797,06)	10,38%
Total	890.764.075,11	853.992.794,55	4,31%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente.

Bens Móveis - Detalhamento	2024	2023	Variação 2024 / 2023
Valor Contábil Bruto inicial (I)	292.203.676,81	286.301.941,03	2,06%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (II)	44.919.442,20	7.060.379,09	536,22%
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (III)	(2.013.555,26)	(1.158.643,31)	73,79%
Valor Contábil Bruto final (IV) = (I + II + III)	335.109.563,75	292.203.676,81	14,68%
Bens de Informática	149.239.021,36	131.956.916,23	13,10%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	73.282.348,00	65.985.969,60	11,06%
Móveis e Utensílios	72.252.938,33	67.335.103,03	7,30%
Veículos	38.176.637,07	24.743.324,81	54,29%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação ¹	1.714.056,92	1.772.801,07	-3,31%
Obras de Arte e Peças para Exposição	444.562,07	409.562,07	8,55%
Depreciação Acumulada inicial (V)	(127.526.797,06)	(114.924.861,68)	10,97%
Depreciação Reconhecida no período (VI)	(13.951.342,63)	(12.697.204,92)	9,88%
Baixas de depreciação acumulada (VII)	717.248,09	95.269,54	653%
Depreciação Acumulada final (VIII) = (V + VI + VII)	(140.760.891,60)	(127.526.797,06)	10,38%
Bens de Informática	(75.488.259,39)	(68.370.783,82)	10,41%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(27.775.613,99)	(24.851.041,83)	11,77%
Móveis e Utensílios	(27.676.786,11)	(25.847.598,48)	7,08%
Veículos	(8.685.633,56)	(7.353.654,49)	18,11%
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	(1.134.598,55)	(1.103.718,44)	2,80%
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (IX) = (IV) + (VIII)	194.348.672,15	164.676.879,75	18,02%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O valor evidenciado nessa conta inclui os valores registrados a título de Coleções e Materiais Bibliográficos



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Bens Imóveis - Detalhamento	2024	2023	Variação 2024 / 2023
Valor Contábil Bruto inicial (I)	758.798.981,31	750.349.159,46	1,13%
Adições (II)	22.994.882,21	10.799.471,61	112,93%
Baixas (III)	(6.163.166,36)	(2.349.649,76)	162,30%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	775.630.697,16	758.798.981,31	2,22%
Edificações em Geral	588.203.331,50	581.613.562,64	1,13%
Terrenos com Edificações	112.542.730,89	113.258.175,39	-0,63%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	28.159.903,75	27.809.214,30	1,26%
Obras em Andamento	23.776.955,17	15.755.215,35	50,91%
Instalações	11.706.864,75	10.023.577,21	16,79%
Terrenos sem Edificações	8.974.392,50	8.974.392,50	-
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	-
Instalações em Andamento	902.029,80	-	-
Estudos e Projetos	74.787,24	75.142,36	-0,47%
Depreciação Acumulada anterior (V)	(69.483.066,51)	(59.873.726,26)	16,05%
Depreciação Reconhecida no período (VI)	(10.218.249,32)	(9.738.959,45)	4,92%
Baixas de depreciação acumulada (VII)	486.021,63	129.619,20	274,96%
Depreciação Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(79.215.294,20)	(69.483.066,51)	14,01%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (IX) = (IV) + (VIII)	696.415.402,96	689.315.914,80	1,03%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Softwares - Detalhamento	2024	2023	Variação 2024 / 2023
Valor Contábil Bruto inicial (I)	29.820.974,51	31.816.997,35	-6,27%
Adições (II)	1.815.145,96	5.438.705,73	-66,63%
Baixas (III)	(1.305.389,77)	(7.434.728,57)	-82,44%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	30.330.730,70	29.820.974,51	1,71%
Amortização Acumulada anterior (V)	(16.318.615,64)	(16.246.116,53)	0,45%
Amortização Reconhecida no período (VI)	(484.685,33)	(3.464.075,60)	-86,01%
Baixas de Amortização acumulada (VII)	-	3.391.576,49	-100,00%

(Continua)



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

(Continuação)			
Amortização Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(16.803.300,97)	(16.318.615,64)	2,97%
Valor Contábil Líquido de Softwares (IX) = (IV) + (VIII)	13.527.429,73	13.502.358,87	0,19%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como encargos a pagar e benefícios aos quais o servidor tenha direito, entre outros.

Descrição	2024	2023	Variação 2024 / 2023
Pessoal de Exercícios Anteriores ¹	223.245.314,98	589.480,54	37.771,53%
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil ²	126.782.363,16	109.986.676,88	15,27%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil ²	37.732.882,61	32.689.652,89	15,43%
Férias - Contribuição Patronal RPPS ²	26.279.995,42	24.369.934,20	7,84%
Licença Prêmio ²	11.329.896,28	15.474.956,41	-26,79%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil ²	5.417.044,09	5.407.477,70	0,18%
Contribuição Patronal ao FUNAPREV	1.725.155,51	1.045.770,80	64,96%
Contribuição Patronal INSS	979.426,68	906.211,86	8,08%
Pessoal a Pagar pela UG	762.833,23	1.031.600,00	-26,05%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	659.477,13	637.927,88	3,38%
Férias – Contribuição Patronal INSS ²	621.091,25	618.745,13	0,38%
Previdência Complementar a Pagar (BB-Prev)	69.213,39	66.796,63	3,62%
Total	435.604.693,73	192.825.230,92	125,91%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O valor corresponde a verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, com expectativa de pagamento no curto prazo. Decorrentes de decisões anteriores a 2024, há os saldos referente a Parcela Autônoma de Equivalência (P.A.E.) – R\$ 292.927,95 e Auxílio Alimentação – R\$ 296.552,59. O saldo restante resulta de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) ocorridas em 2024, relativa a Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 123.191.048,94 (Dje nº 289/2024) e Licenças Compensatórias – R\$ 99.464.785,50 (Dje nº 231/2024).

² Refere-se à apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

Nota 8 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros.

Descrição	2024	2023
Precatórios sob a Guarda do TJPE – Entes e Entidades ¹	36.432.649,02	166.257.295,32
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	24.807.234,68	36.119.324,09
		(Continua)



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

		(Continuação)
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	24.363.870,62	23.093.929,39
Pessoal a Pagar pela UG ²	13.451.737,65	10.519.526,15
Depósitos de Terceiros e cauções	626.430,29	1.384.892,26
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	494.454,26	412.027,17
Demais Obrigações	438.929,74	79.762,47
Total	100.615.306,26	237.866.756,85

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Os recursos de precatórios sob a guarda do TJPE foram registrados no passivo financeiro do Poder a partir de 31/12/2023.

² Sistemática de contabilização da folha de pagamento, definida pelo Poder Executivo, foi modificada em 2023, gerando saldo de pessoal a pagar no grupo "Demais Obrigações a Curto Prazo".

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo – Compreende as verbas de pessoal registradas em 2024 referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, com expectativa de pagamento no longo prazo, decorrentes de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) abrangendo o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), no valor de R\$ 420.960.396,56, conforme Dje nº 289/2024, e Licenças Compensatórias, no valor de R\$ 346.794.404,18, conforme Dje nº 231/2024.

Nota 10 – Resultados Acumulados – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade detalhado a seguir:

Descrição	2024	2023
Resultado do Exercício ¹	(969.664.160,63)	(37.251.147,18)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(265.965,86)	(35.095,36)
Subtotal	(969.930.126,49)	(37.286.242,54)
Resultado de Exercícios Anteriores	744.118.968,71	781.405.211,25
Total do Patrimônio Líquido	(225.811.157,78)	744.118.968,71

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, a tabela a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros:

Descrição	2024	2023
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	(264.752,65)	-
Créditos a receber	(1.213,21)	(19.094,91)
		(Continua)



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

		(Continuação)
Varição no valor econômico de bens móveis doados	-	(25.560,00)
Ajustes em Valores de Bens Imóveis	-	13.839,62
Baixa de Bens Móveis	-	(4.280,07)
Total	(265.965,86)	(35.095,36)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.2. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial

Elaborado em atendimento ao item 11 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 268/2024, com a finalidade de evidenciar as contas relacionadas nos grupos do balanço patrimonial, indicados os respectivos atributos financeiro ou permanente, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES				
UNIDADE GESTORA : TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
EXERCÍCIO : 2024	PERÍODO(MÊS) : Dezembro	Emitido em : 31/01/2025	Data realização : 31/01/2025	Página 1 / 1
		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
ATIVOS				
Ativo Financeiro		166.353.926,88	297.592.344,36	
Caixa e Equivalente de Caixa		165.153.842,61	130.247.669,88	
Créditos a Curto Prazo		-	-	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		1.200.084,27	167.344.674,48	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente		-	-	
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	
Ativo Permanente		911.861.388,60	877.218.612,12	
Créditos a Curto Prazo		-	-	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		1.928.959,49	2.229.410,65	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	
Estoques		5.616.233,43	7.484.681,63	
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		-	-	
Ativo Biológico		-	-	
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente		-	-	
Ativo Realizável a Longo Prazo		24.690,84	9.366,42	
Investimento		-	-	
Imobilizado		890.764.075,11	853.992.794,55	
Intangível		13.527.429,73	13.502.358,87	
Total do Ativo		1.078.215.315,48	1.174.810.956,48	

Documento Assinado Digitalmente por: CARLEIDE MARIA BEZERRA, RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 4537d69d-8545-4e0c-9346-c971a2d35b67



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

PASSIVOS		
Passivo Financeiro		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	104.825.541,43	241.555.064,02
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.196.105,94	3.688.307,17
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14.129,23	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Adiantamentos a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	100.615.306,26	237.866.756,85
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
RPNP a Executar	-	-
Crédito Empenhado a Liquidar	-	-
Crédito Empenhado a Liquidar Inscrito em RPNP	-	-
Passivo Permanente	1.199.200.931,83	189.136.923,75
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	431.408.587,79	189.136.923,75
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	37.543,30	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Adiantamentos a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	767.754.800,74	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Total do Passivo	1.304.026.473,26	430.691.987,77
Saldo Patrimonial	(225.811.157,78)	744.118.968,71

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Nota 1 – Taxas – Compreende a Receita Incidente sobre Emolumentos, espécie taxa, pertencente à fonte de recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), Lei nº 16.521/2018.

Nota 2 – Transferências e Delegações Recebidas – Dentre as transferências recebidas, destacam-se os duodécimos repassados pelo Poder Executivo estadual, bem como as transferências de almoxarifado, bens móveis, bens imóveis e softwares recebidos do FERM-PJPE, em virtude de o controle patrimonial do Poder Judiciário ocorrer de forma centralizada na UG 070001 – TJPE. Essas referidas transferências

Documento Assinado Digitalmente por: CARLEIDE MARIA BEZERRA, RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: 4537d69d-8545-4e0c-9346-c971a2d35b67



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

aparecem como concedidas no FERM-PJPE, anulando-se na demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2024	2023
Duodécimos Recebidos ¹	2.321.051.800,00	2.065.436.200,00
Bens Móveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	41.355.958,42	8.713.442,39
Bens Imóveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	20.375.785,92	10.785.368,23
Almoxarifado - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	3.403.226,08	7.499.749,92
Softwares – Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	1.322.345,96	3.189.915,92
Transferências Intragovernamentais (i)	2.387.509.116,38	2.095.624.676,46
Outras Transferências e Delegações Recebidas ² (ii)	2.619.096,29	-
Transferências de Pessoas Físicas (iii)	-	10,60
Transferências e Delegações Recebidas (iii) = (i + ii + iii)	2.390.128.212,67	2.095.624.687,06

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2024, contempla o recebimento de R\$ 2.306.051.800,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (0500000000-Recursos não vinculados de Impostos), acrescido de R\$ 15.000.000,00, referente a crédito suplementar, autorizado pela Lei nº 18.655 de 20/08/2024.

² Em 2024, contemplam devoluções de imóveis cedidos.

Nota 3 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Em 2024, o valor total compreende a desincorporação de passivos, decorrente de ajustes no passivo de férias por competência (R\$ 53.449.378,09) e no passivo de licença prêmio (R\$ 4.445.071,73), cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar. Também compreende ganhos com incorporação de ativos (R\$ 12.288,26).

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Compreendem, principalmente, o ressarcimento de despesa com pessoal à disposição, conforme detalhado:

Descrição	2024	2023
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição e Encargos	3.062.367,32	2.711.227,92
Outras Indenizações e Restituições	1.318.201,98	1.460.264,84
Reversão de Ajustes de Perdas	59.846,11	13.337,11
Total	4.440.415,41	4.184.829,87

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Nota 5 – Pessoal e Encargos – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios despendidos pela unidade gestora TJPE. A visão completa do gasto consta na demonstração consolidada do Poder, publicada no Portal de Transparência do TJPE, modificando apenas o valor relacionado a Benefícios a Pessoal.

Descrição	2024	2023	% Variação 2024 / 2023
Remuneração a Pessoal ¹	2.696.769.795,87	1.556.080.296,20	73,31%
Encargos Patronais	359.961.105,74	335.316.857,52	7,35%
Benefícios a Pessoal	163.815.343,45	135.713.754,95	20,71%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	68.924.622,79	55.794.443,49	23,53%
Despesas com o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) ²	44.259.919,56	30.072.238,20	47,18%
Demais Variações	24.664.703,23	25.722.205,29	-4,11%
Total	3.289.470.867,85	2.082.905.352,16	57,93%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A variação significativa deriva principalmente de verbas de pessoal registradas em 2024 referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, abrangendo as seguintes: Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 544.151.445,50; e Licenças Compensatórias – R\$ 446.259.189,68.

² O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado a servidores efetivos, foi previsto na Lei Estadual nº 18.145/2023 e regulamentado pela resolução TJ nº 497/2023.

Nota 6 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Evidenciam os valores pagos a título de auxílio saúde (98,91% do total) e auxílio funeral. A visão completa do gasto consta na demonstração consolidada do Poder, publicada no Portal de Transparência do TJPE.

Nota 7 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Evidencia o uso de material de consumo, serviços, depreciação de bens móveis e imóveis, além da amortização de intangível (softwares).

Descrição	2024	2023
Depreciação de Bens Móveis	13.951.645,52	12.697.204,92
Depreciação de Bens Imóveis	9.916.942,07	9.738.959,45
Uso de Material de Consumo	5.796.394,84	5.154.088,60
Amortização de Intangível ¹	484.685,33	3.464.075,54
Serviços	338.398,47	319.455,80
Total	30.488.066,23	31.373.784,31

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A variação significativa da amortização reconhecida no período decorre da mudança da forma de contratação para Software as a Service -SaaS (software como serviço), como também do fim da amortização de alguns softwares com vida útil definida.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Nota 8 – Transferências e Delegações Concedidas – Correspondem as transferências intragovernamentais, intergovernamentais e aquelas destinadas a instituições privadas.

Descrição	2024	2023
Transferências Intragovernamentais	2.011.673,30	2.236.958,31
Transferências Intergovernamentais	3.231.024,50	795.814,98
Transferências a Instituições Privadas	1.174.073,47	21.195,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	728.698,36	-
Total	7.145.469,63	3.053.968,29

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais abrangem as transações realizadas entre unidades gestoras do Poder (TJPE) e do Estado de PE, relativas a transferências de bens móveis e imóveis.

Por sua vez, as transferências intergovernamentais e as outras transferências e delegações concedidas compreendem a cessão de imóveis concedidas a municípios (R\$ 2.615.565,43), a devolução de imóveis cedidos por municípios (R\$ 1.155.618,60), e as doações de bens móveis concedidas a união e municípios (188.538,83).

Em relação às transferências para instituições privadas, destaca-se a transferência para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE), que representa 93% do valor total, sendo destinada a serviços de atendimento médico-odontológico para os magistrados do TJPE.

Nota 9 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Compreendem o ajuste para perdas, realizado na conta de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.2.1, como também a desincorporação de ativos e perdas involuntárias.

Descrição	2024	2023
Desincorporação de Ativos Intangíveis	1.023.890,40	4.043.152,14
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	256.667,43	700.204,45
Outras Desincorporações de Bens Móveis	175.600,30	-
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	109.188,68	4.607,22
Perdas Involuntárias	73.239,76	25.013,67
		(Continua)



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

		(Continuação)
Outras Desincorporações de Imobilizado	39.668,27	173.722,30
Ajuste para Perdas em Créditos Não Tributários	35.087,95	-
Desincorporação de Dívida Ativa não Tributária	15.820,29	-
Total	1.729.163,08	4.946.699,78

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 10 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Compreendem as diversas variações patrimoniais diminutivas, relativas a despesas com militares inativos da guarda patrimonial.

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

5.1. Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo. Dessa forma, ressalta-se as orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit, justificado na Nota 1.

Nota 1 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado na tabela abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a – b)
37.303.204,43	2.352.863.899,32	(2.315.560.694,89)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Ressalta-se que as receitas realizadas foram em sua maioria advindas dos rendimentos de aplicação financeira, do ressarcimento de pessoal cedido e da receita da fonte de recurso FUNSEG, incidente sobre emolumentos.

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências financeiras recebidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 5.491.105,11. Nessa situação, ressalta-se o uso de recursos de superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, detalhado na nota 2.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b - c)
37.303.204,43	2.321.051.800,00	2.352.863.899,32	5.491.105,11

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Saldos de Exercícios Anteriores – Esse montante refere-se a abertura de crédito adicional por superávit financeiro na fonte 75957-FUNSEG (Decreto nº 56.516/24), representando 99% do total do superávit apurado em 2023 nessa fonte.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Nota 3 – Dotação Atualizada – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 70.436.453,25. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais, demonstradas no quadro abaixo.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Superávit Financeiro - TJ) ¹	Suplementação (Excesso de Arrecadação-Sefaz) ²	Suplementação (Anulação de Despesa de Outras UG's do Estado) ³	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b + c + d)
2.336.551.800,00	26.000.000,00	29.356.453,25	15.080.000,00	2.406.988.253,25

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Fonte 075957 (recursos do FUNSEG), conforme Decreto nº 56.516/24.

² Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), previsto na Lei nº 18.733/24.

³ Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), conforme Decreto nº 56.331/24 e Lei nº 18.655/24

Nota 4 – Despesas Empenhadas– Atingiram o montante de R\$ 2.352.863.899,32, correspondendo a 97,75% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 54.124.353,93.

5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa

Em observância ao Item 2.3, subitem J, Parte V do MCASP, 10ª edição, segue abaixo a conciliação de dados do Balanço Orçamentário com informações extraídas da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício 2024	
(+) Receitas Correntes (Arrecadadas)	37.303.204,43
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	2.321.051.800,00
(-) Despesas Correntes Pagas	(2.344.781.833,55)
(-) Restos a pagar de 2023 pagos em 2024 ref. Atividades Operacionais	(3.688.307,17)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (i)</i>	9.884.863,71
(+) Receitas de Capital (Arrecadadas)	0,00
(-) Despesas de Capital Pagas	(3.551.195,52)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (ii)</i>	(3.551.195,52)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (iii) = (i) + (ii)	6.333.668,19

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Sua elaboração segue as orientações contidas na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, além do disposto no MCASP.

Nota 1 – Receita Orçamentária – A receita está apresentada líquida das deduções. Dessa forma, houve a dedução de R\$ 11.239,03 nesse exercício, correspondente à restituição de recursos do FUNSEG (fonte 75957).

Nota 2 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se uma redução do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 131.351.122,59, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2023, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Destaca-se que a diminuição no Saldo Financeiro em 2024 foi impactada principalmente pela redução do montante dos Precatórios sob a guarda do TJPE registrados, evidenciado na linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”.

Saldo Final 31/12/2024	Saldo Final 31/12/2023	Resultado Financeiro 2024
(a)	(b)	(c) = (a - b)
165.153.842,61	296.504.965,20	(131.351.122,59)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, a DFC apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Quanto ao fluxo de caixa extraorçamentário, inerente à execução orçamentária, este decorre do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, contempla a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representando ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

Nota 1 – Transferências Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 2.321.051.800,00, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 0500000000-Recursos não vinculados de Impostos, advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA e suplementação autorizado pela Lei nº 18.655 de 20/08/2024.

Nota 2 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Corresponde à soma do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, ocorrendo um aumento, no exercício de 2024, no montante de R\$ 6.333.668,19.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final coincidem com os apresentados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial. Ressalta-se ainda que o saldo considerado na DFC contempla o saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados, em 31/12/24, classificados no grupo 1.1.1. do ativo circulante.

Nota 3 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2024, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 28.572.504,54. Esse acréscimo é reflexo da reclassificação dos recursos de precatórios sob a guarda do TJPE, registrados inicialmente em 2023 pelo valor de R\$ 166.257.295,32 no grupo de "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" (grupo 1.1.3), que, em 2024, foi transferido para o grupo de "Caixa e Equivalentes de Caixa" (grupo



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

1.1.1.3), conforme orientação contida no MCASP (10ª edição), resultando em um saldo final de precatórios no montante de R\$ 36.432.649,02.

8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos

Em atenção ao item 15 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 268/2024, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foi elaborada a tabela abaixo referente à movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.

Discriminação	Fontes			Total
	500000000- Recursos não vinculados de Impostos	755000000- Recursos de Alienação de Bens/Ativos	759570000- Recursos vinculados a Fundos -Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG ¹	
Saldo inicial 2024 (I)	29.356.453,25	418.355,55	26.262.471,54	56.037.280,34
Entradas (II)	2.342.201.769,66	44.599,27	16.119.874,53	2.358.366.243,46
Duodécimos Recebidos	2.321.051.800,00	-	-	2.321.051.800,00
Receitas Orçamentárias	21.149.969,66	44.599,27	16.119.874,53	37.314.443,46
Saídas (III)	2.348.906.207,26	-	3.968.931,09	2.352.875.138,35
Restituição de Receitas	-	-	11.239,03	11.239,03
Despesas Liquidadas	2.348.906.207,26	-	3.957.692,06	2.352.863.899,32
Saldo Final 2024 (IV) = (I) + (II) - (III)	22.652.015,65	462.954,82	38.413.414,98	61.528.385,45

¹ Lei Estadual nº 16.521/2018.
Fonte: e-Fisco Financeiro

Recife, 17/03/2025.

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Ricardo Paes Barreto
Presidente

Documento Assinado Digitalmente por: CARLEIDE MARIA BEZERRA, RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 4537d69d-8545-4e0c-9346-c971a2d35b67